

PÓS-GUERRA CIVIL EM ANGOLA: OS CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA NOS ANOS 2002 A 2010¹

Cristiano José dos Santos Monteiro²

RESUMO

Este artigo analisa o período do pós-guerra civil em Angola especificamente de 2002 a 2010, assim sendo, é retratada as medidas implementadas pelo governo angolano, bem como a demonstração do quadro sociopolítico em função da idealização de construção de uma “Nova Angola”. Com relação aos procedimentos metodológicos correspondem nessa pesquisa a uma abordagem qualitativa, com recurso à técnica de pesquisa bibliográfica centrada principalmente nas abordagens teóricas de António (2015), Sampaio (2014), Carvalho (2010); Liberatti (2001), entre outros. Além disso, é compreendida a guerra civil em Angola em torno da teoria realista, pelo que é considerado que o governo angolano adotou mecanismos de uma *realpolitik* para buscar apoio internacional de forma a terminar a guerra. Portanto, os primeiros anos do pós-guerra civil no país foram marcados pelo discurso da reconstrução nacional, atendendo às consequências resultantes do conflito e se verificou também mudanças no processo democrático pela realização das eleições legislativas em tempos de paz.

Palavras-chave: Angola - história - reconstrução - guerra civil, 2002-2010; sociologia política - Angola.

ABSTRACT

This article analyzes the post-civil war period in Angola, specifically from 2002 to 2010. It portrays the measures implemented by the Angolan government, as well as the demonstration of the sociopolitical framework in function of the idealization of building a “New Angola”. Regarding the methodological procedures, this research corresponds to a qualitative approach, using the bibliographic research technique focused mainly on the theoretical approaches of António (2015), Sampaio (2014), Carvalho (2010); Liberatti (2001), among others. In addition, the civil war in Angola is understood around the realist theory, so it is considered that the Angolan government adopted mechanisms of *realpolitik* to seek international support in order to end the war. Therefore, the first years of the post-civil war in the country were marked by the discourse of national reconstruction, taking into account the consequences resulting from the conflict, and there were also changes in the democratic process due to the holding of legislative elections in times of peace.

Keywords: Angola - history - reconstruction - civil war, 2002-2010; political sociology - Angola.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a sociedade angolana no contexto do pós-guerra civil, propriamente no período de 2002 a 2010³, sendo um período marcado por uma situação sociopolítica diferente através de medidas implementadas pelo governo objetivando mitigar as consequências da guerra civil. A guerra civil origina-se pelo desentendimento entre os movimentos de libertação de Angola, nomeadamente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), isso desde o período da conquista da independência e notavelmente esta guerra marcou historicamente a política do país devido a sua duração.

Segundo Clausewitz (1996), a guerra não é meramente um ato de política, mas um autêntico instrumento político, uma sequência das relações políticas estabelecidas com outros meios. O que continua sendo particular na guerra é a natureza peculiar dos seus meios. O propósito político constitui como a meta, a guerra consiste como meio de alcançá-lo, assim sendo, o meio nunca deve ser visto isoladamente do seu propósito.

A ciência, como modalidade de conhecimento, só se efetua como resultado de junção do lógico com o real, bem como do teórico com o empírico. Não se reduz a um simples levantamento e exposição de fatos ou a uma coleção de dados. Estes necessitam ser articulados mediante uma leitura teórica. Só a teoria pode descrever como científicos os dados empíricos. Mas, em equilíbrio, ela só resulta em ciência se estiver articulando dados empíricos (Severino, 2007). Para isso convém especificarmos as intenções do artigo que objetiva – “analisar o processo de reconstrução sociopolítica e os mecanismos perpetuados pelo governo no contexto do pós-guerra civil (2002-2010) em Angola”.

Por conseguinte, a metodologia utilizada no artigo correspondeu ao que Antônio Severino (2007) opta por considerar de abordagem qualitativa, tratando-se que “[...] várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas” (Severino, 2007, p.119).

³ O texto não pretende mapear estas medidas em uma sequência crescente de cada ano deste período (2002 a 2010), mas levantar de forma heurística as principais medidas adotadas partindo da bibliografia utilizada.

Por outro lado, recorreremos à técnica de pesquisa bibliográfica que definiu os passos para a coleta de informações em livros, dissertações e artigos, de modo a selecionar nestes materiais teóricos aquelas que corresponderam como fundamentos para a construção de dados das seções teóricas do artigo. Deste modo, ao se realizar este tipo de pesquisa, é importante que “[...] o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagem já trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados” (Barros; Lehfeld, 2007, p. 85).

Esta técnica de pesquisa permitiu estruturar o artigo em 3 (três) seções teóricas, a primeira seção - “Conflito na perspectiva da teoria realista” trata do conceito de conflito, porém, destacou-se a perspectiva de Nye (2009), que a descreve pela terminologia - força e Hobsbawm (2007), define por guerra. Deste modo, procuramos adequar o conceito de conflito a uma abordagem teórica das relações internacionais, baseando-se principalmente na abordagem de autores como Mearsheimer (2001) no livro “A tragédia da política das grandes potências”, Huntington (1996) no seu livro – “O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial”, em que estes autores detalham como o conflito é compreendido na teoria realista.

Após ser compreendido o conceito de conflito, a segunda seção: “Guerra civil em Angola e o processo de paz” detalha periodicamente o conflito civil em Angola e o seu desfecho, de tal forma que os textos de António (2015); Sampaio (2014) e Liberatti (2001) definiram boa parte do recorte teórico desta seção, sobretudo o texto de Liberatti com o título “A privatização dos conflitos na África: o caso de Angola”, em que o autor apresenta um panorama inicial da guerra envolvendo as causas e atores.

A terceira seção teórica do artigo – “Reflexos da reconstrução sociopolítica em Angola nos anos de 2002 a 2010” fundamenta os reflexos ou impactos de uma reconstrução a nível sociopolítico no país, isso de 2002 a 2010, de modo que o embasamento teórico correspondeu principalmente a partir dos estudos da autora Sampaio (2017; 2014) e dos autores como Silva (2017); António (2015); Visentini (2012); Carvalho (2010) e Menezes (2000). Vale ressaltar que nessa seção recorreremos com frequência ao livro do pesquisador angolano - Domingos António, intitulado - “Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola”, auxiliando-nos a retratar o cenário sociopolítico no intervalo periódico em que se

insere o foco da seção. Contudo, estes/as autores/as constituem como uma parte da bibliografia utilizada e as que mais dão sustentabilidade teórica ao artigo.

2 CONFLITO NA PERSPECTIVA DA TEORIA REALISTA

Os conflitos acompanham as mudanças que ocorrem no mundo, podendo os Estados fazerem parte de forma direta ou indireta ao priorizarem os seus interesses. O conceito e a classificação de conflito fornecem elementos para analisar o conflito em Angola, de tal modo que este conflito esteve marcado por determinados fatores e atores. Nisso as forças beligerantes, quer do lado do governo de Angola ou da UNITA, constituíram-se como os principais atores da guerra. Dessa forma, a guerra impactava até na política internacional no período em que ocorria, por isso, vale discorrer sobre o conceito de conflito e de como é percebido na teoria realista.

Segundo Nye (2009), a força exerce um papel diferente no cenário das políticas interna e internacional. Assim, em um sistema político interno organizado existe o monopólio de legitimidade por parte do governo em fazer o uso da força. No contexto da política internacional ninguém tem o monopólio de exercer o uso da força. Atendendo o fato que a política internacional é o domínio da autoajuda, sendo alguns estados mais fortes em relação a outros, porém, existe sempre o perigo de que possam fazer o uso da força. Ademais, ao passo que não se consegue controlar a força, a consequência resulta na desconfiança e na suspeita.

Para Thomas Hobbes, a guerra consiste “não em batalhas apenas, ou no ato de lutar, mas em um lapso de tempo em que a vontade de travar batalhas é suficientemente conhecida” (Hobbes *apud* Hobsbawm, 2007, p.21). Todavia, não se duvida que a década de 1990 se apresentou efetiva de conflitos militares formais e informais na Europa, na África e também na Ásia ocidental e central. O contexto mundial no seu todo não teve paz desde o ano de 1914 e não está em paz na atualidade (Hobsbawm, 2007).

Os conflitos podem ser classificados de forma seguinte: as partes em conflito; o contexto do conflito ou as áreas da vida social em que o conflito ocorre; as motivações ou necessidades que estão por detrás do conflito; as consequências do conflito; a duração do conflito; a intensidade do conflito e por fim a ausência ou presença de violência no conflito (Ohana, 2012). De forma a culminar a análise de

conflitos é pertinente apresentar os métodos a serem utilizados. E neste sentido vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1 - Métodos de análise de conflitos

Métodos	Descrição
Mapeamento de conflitos	Corresponde a um método visual para mostrar as relações entre as partes em conflito. Ora, oferece a possibilidade de identificar aliados e inimigos reais e potenciais.
Triângulo ABC	Antevê a identificação de 3 partes básicas nos conflitos a saber: atitudes, comportamentos e contradição.
Cebola de cargos, interesses e necessidades	Consiste em um método visual que utiliza a metáfora da cebola, no sentido de identificar as posições das partes que estão no conflito.
Árvore do conflito	Método visual que realiza a comparação de um conflito a uma árvore. Deste modo, o tronco de uma árvore simboliza o problema principal, as raízes - representam as suas causas principais ou profundas, por sua vez, as folhas - as suas consequências.
Pirâmide de conflito	Fazendo o uso da imagem de uma pirâmide, esse método é utilizado para identificar pessoas ou mesmo aquelas que acabam por terem interesse no conflito e sua possível continuação.

Fonte: adaptado de Ohana (2012).

Segundo Mearsheimer (2001), os realistas diante da política internacional são pessimistas, concordam que há o desejo de se criar um mundo pacífico, porém, não verificam nenhuma maneira facilitada de escapar ao duro mundo que envolve a competição pela segurança e da guerra. Dessa maneira, os realistas se baseiam em três concepções principais:

(1) - Os Estados constituem como os principais atores da política internacional. Por outro lado, os realistas se concentram nas grandes potências,

uma vez que estes Estados dominam a política internacional e são os que provocam as guerras mais mortíferas; (2) - os realistas acreditam que o comportamento das grandes potências sofre influência pelo seu contexto externo e não devido às suas características internas. A estrutura do sistema internacional que geralmente todos os Estados têm de lidar acaba por influenciar as suas políticas externas. Os realistas procuram não realizar diferenças marcadas entre Estados (bons e maus), porque as grandes potências desempenham sua atuação em função da mesma lógica, independentemente da sua cultura, sistema político, ou de quem está no controle do governo. Desta forma, é difícil realizar distinções entre Estados, somente se for ao seu poder relativo; (3) - para os realistas são os cálculos de poder que controlam o pensamento dos Estados, sendo que competem entre si pelo poder. Ademais, esta competição faz com que a guerra seja necessária por vezes, sendo um instrumento aceite para o processo de governação (Mearsheimer, 2001).

De acordo com o realismo, um Estado quando observa outro Estado elevando seu poder, e tal forma se tornando uma ameaça em potencial, esse Estado procura proteger sua própria segurança, ao fortalecer seu poder, quer se aliando com outros Estados. Por conseguinte, os Estados mantêm exércitos, exercem diplomacia, negociam tratados, param guerras, têm controle de organismos internacionais, influenciam e, em dimensão considerável, moldam a produção e também o comércio. Os governos dos Estados dão prioridade na questão de garantir a segurança externa dos seus Estados (apesar de, muitas vezes estes Estados terem de atribuir prioridade maior e garantir a sua própria segurança enquanto governo contra ameaças no contexto interno) (Huntington, 1996).

Baseando-se nos pressupostos do realismo, a prioridade dos Estados quanto a segurança permite a manutenção do poder e reforça a soberania. Concomitantemente, é em função da postura estadocêntrica que o governo angolano no período da guerra civil buscava apoio internacional para não só terminar com a guerra, mas expandir o domínio de outras províncias que estariam sob controle da UNITA. Assim, a cessação do conflito em Angola geraria vantagens para o governo, de modo a garantir a estabilização e permitir o aproveitamento das potencialidades do país, como, por exemplo, a exploração dos recursos naturais.

De modo a se compreender os caminhos da reconstrução sociopolítica em Angola no período do pós-guerra civil (2002 a 2010), precisamos em primeira instância abordar sobre a guerra civil ocorrida no país, por entendermos que existem

causas e diferentes versões sobre o conflito. Além de existir evidências de informações sobre a guerra, notabiliza-se que as suas consequências afetaram na reconstrução da sociedade angolana no período do pós-guerra civil, quer de caráter cultural, político e econômico.

3 GUERRA CIVIL EM ANGOLA E O PROCESSO DE PAZ

Após ter sido solucionada a questão da independência⁴, Angola ficou mergulhada na 1ª guerra civil desde o final de 1975 a 1991 derivada do conflito entre os diferentes projetos de governo defendidos pelos movimentos de libertação. No ano seguinte à independência, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) se dissolveu como grupo armado, mas a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) abraçou a defesa do capitalismo com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e da África do Sul - do regime do *apartheid* que receavam as possíveis influências que teria a vitória de movimento caracterizado pelo nacionalismo marxista do MPLA iria provocar na região Austral de África (José, s. d).

De acordo com Liberatti (2001), a adesão da URSS ao movimento MPLA estaria a contrapor o apoio dos Estados Unidos e ocasionalmente da China à FNLA, seguindo-se mais tarde a UNITA. Cuba e África do Sul também acabaram por participar do conflito, neste caso cada país com os seus próprios interesses e não como pela condição de meros colaboradores de Moscou e Washington. Cuba procurava buscar prestígio e certa representatividade como líder do Terceiro Mundo, enquanto que a África do Sul pretendia de forma primária estabelecer um cordão sanitário em volta de sua fronteira, a fim de isolar-se das influências inspiradas pelos movimentos da vertente marxista. Por outro lado, outros vizinhos da região, dentre eles o Zaire⁵ tornaram de certa forma mais complexa as interações voltadas a interesses e atores diversos a nível regional.

Neste sentido, cada movimento de libertação de Angola buscou apoio de países parceiros para concretizar os seus interesses e se tornou também uma guerra de caráter ideológico. Segundo Wheeler e Pélissier (2009), esta postura fez com que a internacionalização da guerra civil piorasse:

⁴ A independência de Angola foi proclamada no dia 11 de novembro de 1975.

⁵ A atual República Democrática do Congo (RDC).

[...] à medida que as superpotências começaram a apoiar ativamente as partes do conflito. A União Soviética começou a apoiar o MPLA, usando as forças armadas cubanas, bem como pessoal militar e civil das nações do bloco comunista, especialmente da Europa de Leste. O ditador Mobutu, do vizinho Zaire, apoiou a FNLA de Holden Roberto e enviou tropas zairenses para o norte de Angola. Entretanto, forças sul-africanas, encorajadas pelos Estados Unidos, começaram, a partir de Outubro de 1975, a entrar em território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA, avançando para norte, a fim de atacar zonas e cidades controladas pelo MPLA (Wheeler; Pélissier, 2009, p. 361).

Segundo ainda Liberatti (2001), após o declínio da FNLA isso na década de 70 (setenta) e posteriormente a declaração de independência por parte do MPLA em Luanda, o conflito no país voltou a expandir-se na década de 80 (oitenta), com a presença de tropas de Cuba e da África do Sul no conflito entre MPLA e a UNITA, este último que permanecerá como movimento de caráter insurgente.

Diante dos eventos históricos mencionados, é notável que a vontade de se construir uma nação angolana esteve marcada pelos interesses particulares dos três movimentos de libertação (FNLA, MPLA e a UNITA), que antes concordaram no Acordo de Alvor⁶ consagrarem a independência de forma unida, o que não acabou por acontecer. Entretanto, a independência foi proclamada pelo MPLA sendo reconhecida a nível internacional.

Com o fim da Guerra Fria tornam-se relevantes esforços para começar um processo de paz. O Acordo de Bicesse, de março de 1991, marcou um passo crucial ao fixar uma data para a realização de eleições de caráter multipartidário. Mas estes esforços fracassaram. Nas eleições gerais ocorridas em setembro de 1992, tendo sido observadas pela ONU e tidas como transparentes pelo organismo, o líder da UNITA não aceitou a vitória do presidente José Eduardo dos Santos, do MPLA. Assim, os conflitos ressurgiram com bastante intensidade. Neste sentido, o Protocolo de Lusaka⁷ do ano de 1994 estabelece um novo esforço por parte da comunidade internacional a fim de se continuar o processo de paz. Este protocolo foi elaborado tendo como meta restabelecer um conjunto de condições essenciais para o desarmamento e a confiança mútua, porém, o acordo encontrou várias dificuldades (Liberatti, 2001).

⁶ O Acordo de Alvor foi estabelecido em 10 de janeiro de 1975, diante do governo português e os três movimentos de libertação nacional de Angola, onde se determinou o dia da independência de Angola, isso no dia 11 de novembro de 1975 (Lima, 2015).

⁷ No ano de 1993, Jonas Savimbi – líder da UNITA retomou as negociações de paz na localidade de Lusaka (Zâmbia). No dia 20 de novembro de 1994, isso depois de meses de negociações, foi estabelecido o Protocolo de Lusaka (Zâmbia), retomando pontos básicos do Acordo de Bicesse. Entretanto, este acordo não foi executado até pelo menos o final de 1995, sendo que a luta armada continuou (Visentini, 2012).

Desse modo, intensificou-se o *hard power* quer do lado do governo angolano através das Forças Armadas de Angola (FAA) e das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), grupo armado da UNITA. Com isso o período de guerra civil adiou a concretização de uma sociedade estável, interferindo na política interna e externa, uma vez que as atenções estavam voltadas para pôr fim à guerra. A situação política era tão antagônica, pelo fato dos movimentos de libertação possuírem apoio estrangeiro e se continuar o conflito armado, em certa medida o conflito prejudicava cada vez mais a população e o país estava dividido entre as duas partes beligerantes (MPLA e a UNITA), em função das regiões militarizadas em Angola.

A guerra terminou com a morte de Savimbi pelo exército angolano no mês de fevereiro de 2002, por sua vez, com a redução de apoio à UNITA, ao deixar de ter apoio a nível internacional. O fim da guerra foi selado através do Memorando de Luena, de 4 de abril de 2002. A efeméride pelos tempos de paz⁸ é mais do que um macropolítico ou histórico. Pertence aos discursos oficiais que realçam essa nova fase que o país atravessa, dando-se início em 2002, em que a paz caminha como elemento para a reconstrução nacional, ao formar um contraponto possível aos rastros deixados pelos conflitos bem como as suas consequências (Sampaio, 2017).

António (2015) destaca que é evidente que a mais dura paz depois da independência de Angola foi resultante da morte de Jonas Savimbi, da capitulação da UNITA e, por sua vez, da assinatura do Memorando de Entendimento de Luena, no ano de 2002. Este documento foi assinado entre a delegação da UNITA, através da sua Comissão de Gestão, na presença dos representantes da ONU, dos países como Portugal, EUA e da URSS. Deste modo, quer a morte de Jonas Savimbi, a rendição do braço armado da UNITA e consequentemente a assinatura do Memorando de Luena, permitiu dar início a uma nova etapa ao processo político do país.

Assim, o período que vai desde a assinatura do Memorando de Luena (2002) bem como a realização das segundas eleições legislativas (2008) correspondeu pela soma de esforços do lado do governo do MPLA, das lideranças da UNITA e das

⁸ A data de 04 de abril de 2002 consagrou o “Dia da Paz e da Reconciliação Nacional” em Angola, através da assinatura do acordo entre os comandantes das forças beligerantes do Governo de Angola, nomeadamente as Forças Armadas de Angola (FAA) e das extintas Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), até outrora exército da UNITA. Sendo o acordo assinado na Assembleia Nacional e este dia constitui como feriado nacional no país.

igrejas para o processo de pacificação dos espíritos. Com isso os processos de democratização de países que passaram por longas e sangrentas guerras civis podem ser facilitados, em função de um efetivo período de reconciliação nacional (António, 2015).

Em função da morte em combate do líder da UNITA – Jonas Savimbi e, posteriormente, pela assinatura deste Memorando, constata-se que a guerra civil teve um vencedor, de certo modo sustentamos este argumento pelos objetivos que foram preconizados pelo governo angolano neste período bélico. Como é relatado por Carvalho (2010, p.26):

Desde Abril de 2001 que as autoridades angolanas tinham declarado oficialmente a caça ao homem. João Bernardo de Miranda, na altura ministro das Relações Exteriores de Angola, comentou que Savimbi já não fazia parte dos planos de paz e dos processos de reconciliação nacional. A 23 de Fevereiro de 2002, foi confirmada a morte de Jonas Savimbi por tropas governamentais em cenário de guerra.

Retomando a perspectiva de Ohana (2012) sobre os métodos de análise de conflitos, podemos adequar a guerra-civil de Angola sob análise do método - Árvore de Conflito -, em que o tronco/problema principal foi a questão política, envolvendo a contradição ou desentendimento entre a FNLA, MPLA e a UNITA. Como raízes ou mesmo causas principais se originaram do processo de independência do país, daí que surgiram outros eventos que viriam dar segmentos para o curso da guerra. No que se refere às folhas ou consequências temos a inserção de outros países no conflito, o número de mortes, a deslocação forçada da população para as diferentes localidades, destruição das infraestruturas sociais, entre outras.

Portanto, consideramos que partindo da situação angolana os esforços para se alcançar a paz e implementar a democracia no país resultou pelas dinâmicas de acordos entre os 3 movimentos de libertação, quer para em primeira instância proclamarem a independência tal como previa o Acordo de Alvor; posteriormente entre o MPLA e a UNITA, nomeadamente o Acordo de Bicesse, o Protocolo de Lusaka, o Memorando de Luena, entre outras medidas, que projetaram a conquista da paz. Embora a guerra tenha perdurado por bastantes anos, nota-se que estes mecanismos ditaram a entrada do país para uma nova etapa - a da “Reconstrução e Reconciliação Nacional”, permitindo a realização das eleições no período de paz, isso em 2008, e outras medidas sociais que serão abordadas na seção a seguir.

4 REFLEXOS DA RECONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA EM ANGOLA NOS ANOS DE 2002 A 2010

Durante o ano de 2002 a 2010, Angola encontrava-se numa etapa embrionária do processo de construção de uma sociedade, dado o momento que a cessação do conflito bélico colocaria o país a adotar medidas que permitissem recuperar setores sociais e superar as consequências da guerra civil. Esta seção do artigo procura especificar os reflexos da reconstrução sociopolítica ocorridos no período pós-guerra civil (2002 a 2010) em Angola, e entende-se nesse sentido como um recorte teórico e empírico de eventos que deram início à fase de construção de uma “Nova Angola” desde prioridades e entraves neste período. Sem dúvida, consideramos que por meio deste pressuposto se configura a relevância do presente estudo. Como podemos sustentar com as palavras de Camila Sampaio (2014),

Luanda é a capital do país e, embora não tenha sido cenário principal de conflitos armados, foi a principal cidade receptora de deslocados. É impossível pensar qualquer tipo de estudo sobre/em Angola sem considerar os impactos gerados pelas décadas de guerras. Além da destruição da infraestrutura urbana de diferentes cidades, de uma economia cujas prioridades focaram-se em torno das guerras e do enriquecimento de uns poucos, calcula-se que, em 2010, a cidade abrigue em torno de 5 milhões de pessoas, que corresponderia a mais um terço da população. Estima-se que 1 milhão de pessoas tenham morrido e outros 4 milhões tenham sido deslocados para regiões e países vizinhos (Sampaio, p. 87).

O termo - reconstrução nacional - acaba por ser mencionado de forma frequente com o fim da guerra em 2002. Assim, este termo estava sempre presente nos discursos do governo pós-guerra de José Eduardo dos Santos, em que o presidente demonstrava construir para si uma imagem de um pacificador principal para o fim das guerras e também para a formação de uma - Nova Angola. Outrossim, estaria como objetivo de proporcionar o bem comum para todos, atrelado como elemento do discurso em defesa da ampliação de projetos que colocariam Angola como um país em desenvolvimento com capacidade de ultrapassar os anos de guerra (Sampaio, 2017).

Para Silva (2017), o período pós-2002 esteve marcado pela ascensão de Angola e a liderança regional da África do Sul. Angola saiu de seu conflito bélico com potencialidades estatais renovadas e uma vasta experiência em lidar com assuntos relativos à segurança regional, configurando-se um forte candidato de

potência a nível regional. Nesse período, em função das reduções das ameaças internas e externas de segurança permitiram a redução das ambições regionais de Angola e a mudança do foco político para a reconstrução das capacidades internas, diante dos desafios resultantes da guerra civil.

Tratando-se ainda deste período do pós-guerra civil, Visentini (2012), argumenta que com o fim da guerra, em 2002, a diplomacia de Angola tem procurado alcançar a sua reinserção a nível regional e pela ampliação dos aliados internacionais. O novo panorama político angolano permitiu condições para uma política externa mais pragmática do que no passado, uma vez que o governo passou a ver como foco o desenvolvimento das infraestruturas do país, ao buscar parcerias externas sem condições excludentes. O governo tem privilegiado as relações com a China, porém, não abandonou os seus parceiros tradicionais, como por exemplo, o Brasil. Concomitantemente, Angola reforçou sua atenção na política de segurança regional, com ênfase na África Austral e em relação à República Democrática do Congo (RDC) objetivando estabelecer a segurança em suas fronteiras.

O fim da guerra civil e, conseqüentemente, o estabelecimento da paz em Angola definiu as bases para a reestruturação da sociedade angolana. Este dado confirma os argumentos realizados por Menezes (2000, p. 386) no livro “Mama Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente”:

[...] a paz é a condição necessária para que se possa pensar com clareza nos problemas econômicos e sociais do país. É a paz que beneficiará aqueles que hoje têm pagado o preço injusto dos conflitos: o cidadão angolano, o homem comum de Angola, que deseja ter uma família, ser respeitado, ter perspectiva de futuro para seus descendentes e não viver sobressaltado e acuado.

Neste sentido, podemos sintetizar que os reflexos sociais no período do pós-guerra civil incluem medidas para a construção e reconstrução das infraestruturas do país, com realce para habitações, vias de acesso (estradas), de modo a resolver as dificuldades de deslocação da população e movimentar o comércio interno. O que podemos previamente analisar este período à luz da perspectiva da teoria liberal.

Para Nogueira e Messari (2005), o liberalismo é uma grande tradição do pensamento ocidental que originou teorias sobre a questão do lugar do indivíduo no contexto social, sobre a natureza do Estado e também sobre a legitimidade das instituições governamentais. O pensamento liberal também desenvolveu teorias

relacionadas à organização da economia, particularmente sobre a operação de mercados em que produtores individuais agem livremente em busca de lucro (Nogueira; Messari, 2005). Por outro lado, segundo estes autores:

[...] O comércio internacional é indispensável para um desenvolvimento econômico contínuo e, portanto, para o aumento progressivo da prosperidade das sociedades modernas. Existe, assim, um interesse material concreto que explica a preferência de indivíduos e grupos sociais pela paz. A guerra seria favorecida por aquelas pessoas ou grupos que, contrariando os interesses gerais da sociedade, usam o Estado para aumentar seu poder econômico (Nogueira; Messari, 2005, p. 63).

No contexto de Angola, a transição da guerra à paz militar passou a ser uma realidade para a maioria do povo angolano, com exceção de algumas regiões da província de Cabinda onde há presença de alguns focos de resistência praticados pela Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), que exige a independência da província. Mas a acessibilidade à riqueza nacional e os bens produzidos no período de paz se mantinham ligados a menor parcela da população. A socialização, portanto, continua restrita ao campo do discurso, no entanto, os dividendos surgidos, sobretudo, dos recursos naturais do país não têm sido divididos com a maioria dos cidadãos (António, 2015).

Por outro lado, a petrolífera estatal angolana – Sonangol⁹ desempenhou um papel crucial na edificação de projetos habitacionais pelo país, tendo no dia 27 de setembro de 2010, o presidente angolano José Eduardo dos Santos havia feito um anúncio em Luanda que a petrolífera seria a promotora das novas centralidades que iriam ser construídas pelo país. As novas centralidades do Zango, Kilamba Kiaxi e Cacuo em Luanda passariam a ser transferidas do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) para a empresa - Sonangol Imobiliária. O presidente havia informado também que a imobiliária da multinacional angolana iria cuidar de todos os trâmites ligados com o desenvolvimento dos projetos e com a venda dos espaços e edifícios das centralidades projetadas para Cabinda, Cuando-Cubango e Dundo. O presidente esclareceu que esta decisão constituía num conjunto de ações relacionadas com a transferência de todas as responsabilidades atribuídas ao GRN, no quadro da realização de vários projetos do Estado referentes à reabilitação de infraestruturas e construção de novas centralidades (Carvalho, 2010).

⁹ A Sonangol foi criada em 1976, como a concessionária do petróleo em Angola, regulador do setor e agente responsável pela recolha de impostos (Carvalho, 2010).

É interessante ressaltar que as centralidades possibilitaram a dinamização da mobilidade local, em Luanda, por exemplo, boa parte dos cidadãos e cidadãs angolanos/as que residiam no centro da cidade passaram a se mudar para as centralidades do Kilamba Kiaxi e Cacuaco. Nestas novas cidades foram erguidas instituições sociais que atendem as necessidades da população como escolas, hospitais, administração local, hipermercados e espaços públicos como - mercados para a atividade comercial, parques públicos para lazer, entre outros.

Outras medidas correspondem à reintegração dos militares, o que implicou uma reestruturação do corpo efetivo das forças de defesa do país - Polícia Nacional de Angola (PNA) e as Forças Armadas Angolanas (FAA). Como podemos ainda reforçar com as palavras do internacionalista angolano – António Luvualu de Carvalho:

[...] terminou em Fevereiro de 2003 o Mandato da Missão das Nações Unidas em Angola. Com a conclusão do Protocolo de Lusaka, as Nações Unidas e o Governo Angolano estudaram novas formas de cooperação. O acompanhamento técnico e o apoio financeiro ao processo de reintegração dos soldados da UNITA, bem como a sensibilização dos doadores internacionais para o processo de reconstrução de Angola, foram alguns dos itens mencionados numa carta que o presidente Eduardo dos Santos dirigiu a Kofi Annan (Carvalho, 2010, p. 27).

Estas medidas sociais repercutiram no fortalecimento do processo democrático firmado desde a assinatura do acordo do “Dia da Paz e da Reconciliação Nacional”, resultando na realização das eleições legislativas em 2008.

A “Segunda República”¹⁰ testemunhou a realização das segundas eleições de Angola, sendo que decorreram nos dias 5 e 6 de setembro de 2008. Neste sentido, foram registrados o número de 7.213.281 eleitores. A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) considerou 6.450.407 votos válidos; 271.818 votos em branco; 384.673 votos nulos e 106.383 votos reclamados. Os resultados provenientes das eleições concederam ao MPLA a maioria absoluta na Casa das Leis - Assembleia Nacional (António, 2015).

A Segunda República caracterizou-se naquilo que a socióloga francesa Christine Messiant [...] denominou de “transição para o multipartidarismo sem a transição para a democracia”. O MPLA viu-se obrigado pela primeira vez a “partilhar” o poder com outros partidos políticos. E, apesar da existência destes partidos, o multipartidarismo padecia de “raqitismo

¹⁰ A Segunda República ou período multipartidário vai de 1991 a 2010 (António, 2015).

democrático”, em razão das obstruções impostas pelo partido-Estado aos demais partidos políticos (Messiant, 2008, p.131 *apud* António, 2015, p.172).

As eleições de 2008 trouxeram mudanças ao processo político de Angola, idealizando colocar o povo angolano à frente das decisões da escolha de governo depois de longos anos de guerra civil. Todavia, era uma realidade nova referente ao processo democrático no país, com isso percebemos que a mudança na política interna foi permeada pela inserção da oposição política na Assembleia Nacional, atendendo aos resultados obtidos nas eleições.

Segundo ainda António (2015), o ano de 2010 marca o início da “Terceira República” através da promulgação da Constituição Atípica - o que possibilitou o país entrar para uma nova fase diante do processo de transição para a democracia. Das várias previsões legais, a nova Lei Magna formulou regras inéditas para a eleição dos principais decisores a nível do governo; por outro lado determinou a competência no que se refere aos órgãos de soberania. Simultaneamente prescreveu a salvaguarda de determinados direitos e liberdades individuais e coletivas, tal qual daqueles que estão presentes em constituições de países considerados democráticos ou que se encontram na condição de democratização.

Portanto, o período de 2002 a 2010 foi marcado pela construção de uma “Nova Angola” através da reconstrução de infraestruturas, implementação de medidas políticas de forma a estabelecer o desenvolvimento socioeconômico através da cooperação com países parceiros e reinserção de Angola a nível regional. Todo este processo visou ultrapassar as consequências oriundas da guerra civil. De outro modo, foi notável novas mudanças na política interna pela realização das eleições em um contexto do pós-guerra civil (ano de 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo pautou sobre a análise da sociedade angolana no contexto do pós-guerra civil (2002 a 2010), este período que foi marcado pela conquista da paz configurou-se também como um período que teve uma situação sociopolítica diferente, podendo que o governo angolano priorizou adotar um projeto de reconstrução nacional no país.

Foi destacado no artigo as diferentes etapas da guerra civil desde a interferência externa e os esforços que resultaram em acordos para o término da guerra, como o Acordo de Bicesse (1991); o Protocolo de Lusaka (1994) e o Memorando de Luena (2002). Vale salientar que a questão política foi o fator principal do desentendimento entre os movimentos de libertação do país (FNLA, MPLA e UNITA). A guerra civil afetou de forma direta a vida da população angolana, principalmente pelo número de mortos, destruição de cidades e a criação de um fluxo migratório interno – parte da população residente nas províncias em que se intensificava a guerra, como, por exemplo, Malanje, Huambo, Bié, entre outras, viu-se obrigada a abandonar as suas localidades para se deslocarem para a capital do país que se encontrava livre do conflito bélico.

Podemos sintetizar que o governo angolano, por meio do MPLA, não poupou esforços para uma *realpolitik* buscando apoio internacional de forma a terminar a guerra civil. Carvalho (2010) descreve-nos que dias após a morte do líder da UNITA - Jonas Savimbi, em 2002, o presidente José Eduardo dos Santos viajou para os Estados Unidos a convite do presidente George Bush, de maneira a participar da minicimeira com o presidente Joaquim Chissano, de Moçambique, e com o presidente Festus Mogae, do Botswana. Com esta visita o presidente angolano conseguiu realizar o seu principal objetivo – “demonstrar à Comunidade Internacional que a Administração Bush reconhecia o seu Governo como a autoridade legítima de Angola” (Carvalho, 2010, p. 26).

No entanto, o ideal de reconstrução nacional caracterizou-se como prioridade para a política doméstica do país, sendo nesse processo reconstruídas as infraestruturas destruídas pela guerra. E, conseqüentemente, foi atribuída a Sonangol a responsabilização dos projetos habitacionais pelo país, podendo ainda se manter este quadro na atualidade (2024), mas com uma ampliação a nível de outras províncias. Desse modo, tem auxiliado no processo de urbanização das cidades e descentralização do fluxo habitacional nas capitais das províncias de Angola. Em consequência, a realização das eleições legislativas de 2008 e a promulgação da Constituição da República em 2010 constituem-se como outros resultados da conquista da paz.

Entretanto, esta pesquisa contribui para o reforço dos estudos que retratam a guerra civil em Angola e a relevância da conquista da paz. Com isso, acredito que a análise realizada proporciona também as bases para a realização de uma pesquisa

qualitativa de tipo de campo, que traz como destaque personalidades que vivenciaram a guerra a partir da linha da frente, quer sejam ex-militares, políticos, jornalistas, entre outras. Com efeito, estes dados podem auxiliar na compreensão da história de Angola ampliando as narrativas da guerra civil.

REFERÊNCIAS

ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola**. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2015.

BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARVALHO, António L. A economia do petróleo angolano do pós-guerra: o papel da Sonangol China, o novo parceiro estratégico. **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, Lisboa, n. 4, 2010, p.11-47.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.

JOSÉ, Joveta. **Política externa de Angola de 1992 aos dias atuais**. In: 33º Encontro Anual da Anpocs GT 19: Entre Fronteiras e Disciplinas: Estudos Sobre África e Caribe, 33.

LIBERATTI, Marco. A privatização dos conflitos na África: o caso de Angola. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, São Paulo, v.21-22, p.157-172, 2001.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. O Brasil e a independência de Angola. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

MEARSHEIMER, John. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2001.

NOGUEIRA; João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MENEZES, Solival. **Mama Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial** para entender as principais questões da política internacional. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OHANA, Yael (Ed.). **T-KIT: Youth transforming conflict**. Strasbourg: Council of Europe and European Commission, 2012.

SAMPAIO, Camila A. M. **Através e apesar da reconstrução nacional em Angola: circunstâncias e arranjos nos limites da vida**. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAMPAIO, Camila A. M. Lembranças do pós-guerra no sul de Angola: vivências e reconstrução da vida cotidiana. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 60, n. 3, p. 257-283, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141652>. Acesso em: 13 maio. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Igor Castelhana da. **Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: CEBRÁFRICA-UFRGS, 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.